

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 798, DE 2005

Submete à consideração do Congresso Nacional, o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada SOCORRO GOMES

I. RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem Nº 798, de 2005, acompanhada de exposição de motivos do Exmo. Sr. Ministro Interino das Relações Exteriores Samuel Pinheiro Guimarães Neto, com vistas à aprovação legislativa a que se refere o inciso I do art. 49 da Constituição Federal, do texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

Autuada pelo Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída inicialmente a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, estando igualmente prevista apreciação por parte da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Em sua Exposição de Motivos, o Ministro Interino informa que a assinatura do presente Acordo “.....possibilita a continuidade das ações já iniciadas no campo da saúde e o início de atividades de cooperação em outras áreas de interesse comum, como agricultura, pecuária, irrigação do semi-árido e esportes” e que essa cooperação técnica “.....poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não-governamentais de ambos os países”.

O instrumento internacional em apreço conta com onze artigos, dentre os quais destacamos o Artigo II, no qual se lê que os programas e projetos decorrentes do presente Acordo, que poderão contar com instituições públicas e privadas, serão implementados por meio de Ajustes Complementares, os quais estabelecerão igualmente as instituições, órgãos executores e coordenadores e os recursos necessários a sua implantação.

Serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas, projetos e atividades de cooperação técnica, nos termos prescritos no Artigo IV; ao passo que o Artigo V dispõe que as Partes assegurarão ao pessoal enviado por uma das Partes todo o apoio logístico necessário relativo a sua instalação, facilidades de transporte e acesso à informação necessária ao cumprimento de suas funções.

A seleção do pessoal será feita pela Parte que o envie e deverá ser aprovada pela Parte que o recebe, sendo que o pessoal guiar-se-á pelas disposições dos Ajustes Complementares específicos e estará sujeito às leis e regulamentos vigentes no país anfitrião, com as ressalvas da isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de bens pessoais e sua reexportação, da imunidade judiciária e das facilidades de obtenção de visto e repatriação em caso de crise, todas dispostas no Artigo VI (Artigo VII).

O presente Acordo terá validade por um período de cinco anos e renovar-se-á, tacitamente, por períodos sucessivos de igual duração, salvo em caso de denúncia de uma das Partes, e entrará em vigor a partir da data de recebimento da última das notificações, nas quais uma Parte comunica a outra o cumprimento das formalidades legais internas necessárias (Artigos IX e X).

É o relatório.

II. VOTO DA RELATORA

A política externa do Governo do Presidente Lula tem buscado uma maior aproximação com os países da África Subsaariana, sendo decorrente um número significativo de acordos firmados e que têm sido

submetidos à apreciação desta Comissão, como exemplifica o presente Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado com Burquina Fasso.

Como revela o título, trata-se de um acordo básico que prevê a cooperação técnica em áreas de interesse comum, a serem implementados por meio de ajustes complementares específicos.

A cooperação técnica entre os dois países já teve início na área da saúde por meio do "*Protocolo de Intenções no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil*", firmado em setembro de 2003, que tem por objeto a implementação do "*Projeto de Assistência de Prevenção do HIV/AIDS*".

Desse modo, o presente Acordo possibilitará a continuidade dessa cooperação de modo a abranger outras áreas de potencial interesse comum como agricultura, pecuária, irrigação do semi-árido e esportes, favorecendo o desenvolvimento mútuo e, conseqüentemente, combatendo os sérios problemas sócio-econômicos que afligem o nosso país e sobretudo o ex-Alto Volta.

Constata-se, portanto, que o presente Acordo coaduna-se com os princípios que regem nossas relações internacionais, em particular, com o princípio constitucional de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prescrito no inciso IX do Art. 4º da Constituição Federal.

Desse modo, encontrando-se o instrumento internacional em comento alinhado com os princípios que regem as nossas relações internacionais, VOTO pela aprovação do texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006

Deputada SOCORRO GOMES
Relatora

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006**

Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Burquina Faso, assinado em Brasília, em 30 de agosto de 2005.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada SOCORRO GOMES
Relatora